

Liberação de verbas vira jogo com Fiúza

Mais muniçados com informações do que no primeiro depoimento, os membros da CPI da máfia do Orçamento deixaram o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PB) numa situação bem delicada ontem durante seu segundo depoimento. Com documentos e relatórios do Tribunal de Contas da União, os parlamentares mostraram que Fiúza cometeu várias irregularidades na liberação de verbas de subvenção social. Das 76 entidades favorecidas auditadas pelo TCU, 75 apresentaram irregularidades graves. Muito nervoso, o ex-ministro da Ação Social tentou contestar os documentos, dizendo que a CPI poderia cassá-lo se comprovasse que tinha praticado irregularidades ou beneficiado entidades ou prefeituras ligadas aos anões da Comissão Mista de Orçamento.

"Se tiver um caso em que o ministro teve complacência ou transigência, cassem o meu mandato, sequestram meus bens e me levem à execração pública", desafiou Ricardo Fiúza, sugerindo até que a CPI lhe botasse um par de algemas.

Coxeão Alves - De acordo com os números apresentados na CPI pela deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ), em apenas quatro meses de gestão o ex-ministro liberou 22 milhões de dólares a título de subvenções sociais. Deste total, segundo a deputada, pelo menos 13 milhões de dólares foram destinados a entidades controladas pelo esquema de corrupção do deputado João Alves (sem partido-BA). O relatório de subvenções constatou que Fiúza liberava o dinheiro para estas entidades por meio de ordem de pagamento global ao Banco do

Brasil - procedimento que dificultava a fiscalização porque o nome dos beneficiários deixava de ser registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira (Sifa).

"O interessante é que somente algumas entidades, coincidentemente as do esquema João Alves, foram pagas por este método", disse Jandira Feghali. Segundo ela, o Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou suspeitas de fraude e irregularidades em 74 das 75 entidades submetidas a auditorias. Fiúza, considerado uma das mais experientes raposas do Congresso, alegou desconhecer o esquema do deputado João Alves.

Para esclarecer porque em sua rápida gestão como ministro da Ação Social havia liberado 22,4 milhões de dólares, enquanto o ex-ministro Juthay Magalhães, que o sucedeu no mesmo período, só gastou 1,5 milhão de dólares, Fiúza disse: "Tentei não ser perdidário, se as entidades gastaram mal os recursos, elas devem ser punidas".

Fiúza confirmou que, na maioria das vezes, recebia os pedidos de subvenções em ofícios entregues diretamente pelos parlamentares, mas não assumiu responsabilidades pela aplicação do dinheiro. "Não tenho o dom da premonição", ironizou. "Se houve fraude, exploraram a minha boa fé", completou.

Emendas - Apesar de ter se deparado com documentos comprometedores a CPI mostrou a Fiúza, por exemplo, que ele autorizou em setembro de 1992 repasses para quatro prefeituras de Sergipe inadimplentes com o Governo Federal -, o ex-ministro não

se intimidou. "Não sou réu e não estou aqui para me submeter a alguns parlamentares travestidos de investigadores", avisou, logo no início da sessão. Ele manteve o tom de desafio a maior parte do tempo, mas descontrolou-se ao ver partes do relatório das emendas, repassado a ele durante a intervenção do deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG).

"Não aceito que uma versão dos fatos seja apresentada como prova", afirmou. "Estou há 70 dias sendo chamado de culpado", completou, o que obrigou o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) a ameaçar suspender a sessão. Fiúza irritou-se porque o relatório da Subcomissão de Emendas constatou que ele, como relator-geral do Orçamento de 1992, criou emendas em favor do deputado Carlos Benevides (PMDB-CE) e seu pai, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), depois que a lei orçamentária já estava aprovada, pelo Congresso.

Pesquisa - Para chegar a esta conclusão, a subcomissão pesquisou em todos os 23 volumes do Orçamento de 1992 as emendas originais apresentadas pela família Benevides e não encontrou as cinco que o próprio Fiúza apontou em seu primeiro relatório de defesa como sendo de autoria dos dois parlamentares.

Mesmo após sete horas de explicações a uma comissão especial da CPI do Orçamento, o deputado Ricardo Fiúza não conseguiu convencer o relator dos pernambucanos, deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), de sua inocência. O relator determinou imediatamente duas diligências para checar as informações de Fiúza.